

ANTONIO GASPARETTO JÚNIOR  
JÚLIO CÂNDIDO DE MEIRELLES JÚNIOR  
(ORGANIZADORES)



# DIÁLOGO E DEBATES SOBRE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

**Atena**  
Editora

Ano 2020

**ANTONIO GASPARETTO JÚNIOR  
JÚLIO CÂNDIDO DE MEIRELLES JÚNIOR  
(ORGANIZADORES)**



**DIÁLOGO E DEBATES  
SOBRE ADMINISTRAÇÃO  
PÚBLICA NO BRASIL**

**Atena**  
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Lorena Prestes

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá  
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
 (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

D536 Diálogo e debates sobre administração pública no Brasil [recurso eletrônico] / Organizadores Antonio Gasparetto Júnior, Júlio Cândido de Meirelles Júnior. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF  
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
 Modo de acesso: World Wide Web  
 Inclui bibliografia  
 ISBN 978-65-86002-23-2  
 DOI 10.22533/at.ed.232200303

1. Administração pública. 2. Gestão da qualidade total.  
 I. Gasparetto Júnior, Antonio. II. Meirelles Júnior, Júlio Cândido de.

CDD 352.357

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

Atena Editora  
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

As pesquisas no campo da Administração Pública se encontram em franco crescimento no Brasil. Isso porque, nos últimos anos, tem sido feito um grande esforço nacional para a qualificação do quadro funcional atuante na gestão do Estado brasileiro nas mais variadas instâncias administrativas.

O aprimoramento do pessoal da administração pública é uma urgência para potencialização dos serviços prestados pelo Estado, gerando, assim, melhores e mais eficientes resultados para o país. Pensando nisso, o MEC criou o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) com um curso de bacharelado e especializações em nível de pós-graduação *Lato Sensu* (Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde) para aprimorar a formação dos servidores públicos.

Para estruturação desse grande projeto, o MEC contou com a colaboração da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), de outros Ministérios e de instituições públicas de ensino superior, que desenvolveram um grande programa para ser aplicado no território nacional, atendendo a demandas regionais. Com a gradativa ampliação da oferta de vagas em cursos de graduação e de pós-graduação, os resultados começaram a aparecer seja no aprimoramento do quadro de pessoal, seja nos conhecimentos produzidos acerca do funcionamento da administração pública no Brasil. Pode-se destacar como um importante reflexo dessa empreitada a organização da Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP), fundada em 2013 durante o I Encontro Brasileiro de Administração Pública (EBAP). Desde então, a SBAP busca promover e valorizar o conhecimento técnico e científico na área congregando pesquisadores e pesquisadoras que se dedicam ao tema. Trabalhando para construir uma representatividade institucional nos âmbitos nacional e internacional, a SBAP mantém uma regularidade na realização de eventos.

Neste sentido, o livro ***Diálogo e Debates sobre Administração Pública no Brasil*** pretende ser mais uma contribuição para os conhecimentos produzidos acerca da administração pública no país. O leitor terá acesso a nove trabalhos realizados por pesquisadores e pesquisadoras das mais variadas instituições e com as mais diversas qualificações.

Os primeiros capítulos são dedicados a refletir sobre aspectos da responsabilidade fiscal. Mariana de Oliveira Santos (UNIFSA) e Geraldo Simião Nepomuceno Filho (UNIFSA) tratam da aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal imposta aos gastos com pessoal em municípios do Piauí. Bruno D'Assis Rocha (UFRRJ), Antonio Gasparetto Júnior (USP) e Júlio Cândido de Meirelles Júnior (UFF) analisam a *accountability* em fundações de apoio do Rio de Janeiro. Luiz Lustosa Vieira (Ministério do Planejamento), Ilka Massue Sabino Kawashita (Ministério do Planejamento), José Antônio de Aguiar Neto (Ministério do Planejamento) e Carlos Henrique Azevedo Moreira (UFRJ) abordam fundamentos econômicos das transferências voluntárias

intergovernamentais entre os estados federados e sua importância para assegurar a autonomia financeira dos entes subnacionais. Por meio da tecnologia, analisam a gestão dos recursos da União.

Os quarto e quinto capítulos do livro refletem sobre aspectos da gestão. Primeiro, Danielle Lisboa da Motta de Almeida (UFRRJ) e Jorge Alberto Velloso Saldanha (UFRRJ) discorrem sobre a evolução da gestão centrada no cidadão no Brasil, à luz de conceitos da área de marketing. Já Sergio Paulo Carvalho de Souza (INCA) e Cláudia Henschel de Lima (UFF) apontam tensões relacionadas à regulação assistencial em Saúde.

Os capítulos seis e sete são dedicados a reflexões sobre Institutos Federais de Educação no Rio Grande do Sul. Daniela Pegoraro (UFSM) e Kelmara Mendes Vieira (UFSM) analisam a transparência no Instituto Federal do Rio Grande do Sul sob a óptica dos *Stakeholders*. Por sua vez, João Pedro Pereira dos Santos (IF-Farroupilha) e Nelson Guilherme Machado Pinto (UFSM) apresentam um comparativo entre as eficiências dos *campi* do Instituto Federal Farroupilha.

Por fim, a obra se encerra com dois trabalhos que utilizam técnicas bibliométricas para apontar o estado da produção acadêmica em dois aspectos específicos da administração pública. Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino (UVA), Clayton Robson Moreira da Silva (IFPI), Joelma Leite Castelo (UECE), Viviane da Silva Sousa (UVA) e Sabrina Sousa Moraes (UVA) avaliam, primeiro, a produção acadêmica sobre o controle interno no setor público. Depois, o panorama da produção científica nacional acerca da auditoria governamental.

Em suma, a obra apresentada é uma constatação ao leitor das inúmeras possibilidades de pesquisas no campo da Administração Pública, apresentando resultados de investigações que são notadamente importantes para o conhecimento da sociedade. Ademais, é de suma importância a contribuição para o debate científico e fundamentado na área, especialmente em momento em que se discute o trâmite de uma nova reforma administrativa no Brasil. Assim, a divulgação científica é um importante aparato para embasar argumentos que sejam qualificados e que contribuam positivamente para o debate, participando da construção de uma sociedade mais justa e consciente.

Antonio Gasparetto Júnior  
Júlio Cândido de Meirelles Júnior

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A APLICAÇÃO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL IMPOSTA AOS GASTOS COM PESSOAL: UM ESTUDO DE CASO DE 03 MUNICIPIOS PIAUIENSES, NOS EXERCÍCIOS DE 2016 E 2017	
Mariana de Oliveira Santos Geraldo Simião Nepomuceno Filho	
DOI 10.22533/at.ed.2322003031	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>15</b>
ACCOUNTABILITY E QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL DAS FUNDAÇÕES DE APOIO DO ESTADO DO RIO JANEIRO	
Bruno D'Assis Rocha Antonio Gasparetto Júnior Júlio Cândido de Meirelles Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.2322003032	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>28</b>
PLATAFORMA TECNOLÓGICA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DOS RECURSOS DA UNIÃO	
Luiz Lustosa Vieira Ilka Massue Sabino Kawashita José Antônio de Aguiar Neto Carlos Henrique Azevedo Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.2322003033	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>41</b>
A EVOLUÇÃO BRASILEIRA DE UMA GESTÃO CENTRADA NO CIDADÃO: SOB O PRISMA DE CONCEITOS DA ÁREA DE MARKETING	
Danielle Lisboa da Motta de Almeida Jorge Alberto Velloso Saldanha	
DOI 10.22533/at.ed.2322003034	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>56</b>
TENSÕES RELACIONADAS À REGULAÇÃO ASSISTENCIAL EM SAÚDE	
Sergio Paulo Carvalho de Souza Cláudia Henschel de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.2322003035	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>70</b>
TRANSPARÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE SOB A ÓPTICA DOS DIFERENTES <i>STAKEHOLDERS</i>	
Daniela Pegoraro Kelmara Mendes Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.2322003036	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>84</b>
ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS: UM COMPARATIVO ENTRE AS EFICIÊNCIAS DOS <i>CAMPI</i> DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA	
João Pedro Pereira dos Santos Nelson Guilherme Machado Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.2322003037	

<b>CAPÍTULO 8 .....</b>	<b>105</b>
PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE CONTROLE INTERNO NO SETOR PÚBLICO	
Sabrina Sousa Moraes	
Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino	
Clayton Robson Moreira da Silva	
Joelma Leite Castelo	
Viviane da Silva Sousa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2322003038</b>	
<b>CAPÍTULO 9 .....</b>	<b>124</b>
AUDITORIA GOVERNAMENTAL NO BRASIL: O PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL	
Viviane da Silva Sousa	
Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino	
Clayton Robson Moreira da Silva	
Joelma Leite Castelo	
Sabrina Sousa Moraes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2322003039</b>	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES.....</b>	<b>143</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>144</b>

## PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE CONTROLE INTERNO NO SETOR PÚBLICO

Data de aceite: 20/02/2020

### **Sabrina Sousa Moraes**

Bacharel em Ciências Contábeis pela  
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)  
smmoraes.22@gmail.com

### **Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino**

Professora da Universidade Estadual Vale do  
Acaraú (UVA)  
Mestre em Administração e Controladoria pela  
Universidade Federal do Ceará (UFC)  
cintiavmg@gmail.com

### **Clayton Robson Moreira da Silva**

Professor do Instituto Federal de Educação,  
Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI)  
Doutorando em Administração e Controladoria  
pela Universidade Federal do Ceará (UFC)  
claytonrmsilva@gmail.com

### **Joelma Leite Castelo**

Professora da Universidade Estadual do Ceará  
(UECE)  
Doutorando em Administração e Controladoria  
pela Universidade Federal do Ceará (UFC)  
joelma.castelo@uece.br

### **Viviane da Silva Sousa**

Bacharel em Ciências Contábeis pela  
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)  
sousaviviane.silva@gmail.com

**RESUMO:** O presente estudo analisou a produção acadêmica brasileira sobre controle interno no setor público. Para tanto, realizou-se um estudo bibliométrico, em que foram analisados 51 artigos disponíveis na base *Spell*, publicados entre os anos de 1996 e 2018. Os resultados evidenciaram que 2016 foi o ano que apresentou maior volume de artigos publicados. A palavra-chave mais recorrente foi “controle interno”, sendo citada em 69% dos artigos. Os periódicos que apresentaram maior número de publicações foram a “Revista Universo Contábil” e a “Revista Mineira de Contabilidade”. No que concerne à quantidade de autores por artigo, há uma predominância de artigos produzidos por mais de um autor, confirmando a tendência de artigos elaborados em parceria. Contudo, constatou-se uma descontinuidade de autores que publicaram sobre o assunto. Com base na busca realizada por meio do *Google Acadêmico*, verificou-se que o artigo com maior volume de citações foi o de autoria de Imoniana e Nohara (2005), com 39 citações. Desse modo, a pesquisa contribui para a ampliação da discussão sobre controle interno no setor público, evidenciando a relevância do tema para o campo da gestão pública, uma vez que se trata de um tema recorrente na literatura e que vem sendo abordado sob diferentes perspectivas.

## 1 | INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o controle interno ganhou campo como ferramenta capaz de fortalecer a governança na gestão pública. A instituição de controle interno na área pública brasileira e a exigência de sua respectiva responsabilidade estão alinhadas com os preceitos da governança. A presença do controle como uma dimensão da governança no setor público é mencionada nas recomendações da *International Federation of Accountants* (IFAC), que o define como função de suporte à alta gestão para viabilizar o alcance dos objetivos das entidades, na eficiência e efetividade das operações, na confiabilidade de relatórios internos e externos e na conformidade na aplicação de leis e regulamentos. Nesse contexto, uma importante função atribuída ao controle interno consiste na manifestação acerca das contas anuais dos gestores públicos, que deve ser exercida por meio de um documento denominado relatório (ou parecer) do órgão central de controle interno sobre as contas anuais de governo. Esse documento é uma das peças que compõem a prestação de contas a ser entregue, anualmente, ao respectivo Tribunal de Contas e ao Poder Legislativo, por exigência de legislação própria de cada Estado (IFAC, 2001).

De acordo com o material *Internal Control – Integrated Framework* (COSO), o controle interno não se trata simplesmente de um manual de políticas e procedimentos, mas diz respeito a pessoas e ações realizadas por estas em cada nível da organização. Logo, é desenvolvido para proporcionar segurança à realização dos objetivos, operações, divulgações e conformidade, sendo definido como um processo constituído de cinco elementos essenciais, denominados: ambiente de controle; avaliação de riscos; atividade de controle; informação e comunicação e monitoramento (COSO, 2013).

Braga Neto et al. (2013), ao analisarem os relatórios de controle interno referentes aos exercícios de 2008 a 2010, concluíram que os órgãos de controle interno das entidades governamentais investigadas podem não estar adequadamente estruturados para atendimento das dimensões do controle interno emanadas pela Norma Brasileira de Contabilidade 16.8, norma vigente na época da execução da pesquisa sobre controle interno no setor público. No entanto, apesar da relevância do controle interno para o setor público, ainda são escassas as contribuições científicas relacionadas a essa temática.

Com base no exposto, surge a seguinte questão da pesquisa: Qual o perfil das produções acadêmicas sobre controle interno no setor público? Dessa forma, tem-se como objetivo analisar a produção acadêmica brasileira sobre controle interno no setor público.

O presente estudo justifica-se na medida em que contribui para o aprofundamento do tema – controle interno – assim como por proporcionar uma visão geral da produção

acadêmica sobre o tema. Além disso, visa estimular a reflexão sobre o desenvolvimento de pesquisas relacionadas e identificar oportunidades a serem exploradas futuramente.

Em termos de estrutura, essa pesquisa está dividida, além dessa introdução, em mais cinco seções. Na segunda seção é evidenciado o referencial teórico sobre o controle interno no setor público e estudos anteriores sobre controle interno. Na terceira seção evidencia-se o conceito de bibliometria e apresentam-se estudos bibliométricos sobre controle interno. Na seção seguinte são abordados os procedimentos metodológicos, com especificação do instrumento de coleta de dados, população e amostra e tratamento de dados. Na quinta seção são discutidos os resultados da pesquisa. Por fim, na sexta seção, apresentam-se as considerações finais.

## 2 | CONTROLE INTERNO NO SETOR PÚBLICO

É importante partir do entendimento de que controle interno, controles internos e sistema ou estrutura de controle(s) interno(s) são expressões com a mesma abordagem finalística, ou seja, são sinônimos que têm como objetivo fazer referência ao processo composto pelo conjunto de políticas, pelas regras de estrutura organizacional e pelos procedimentos adotados dentro da entidade para vigiar, fiscalizar e verificar. Além disso, permitem criar mecanismos de correção, prevenção, direção e observação para eventos que possam impactar no alcance dos objetos da organização (TCU, 2009).

Nesta perspectiva, a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI) aponta o controle interno como um processo integral dinâmico que constantemente deverá adaptar-se às mudanças enfrentadas por uma entidade. Desse modo, em seu arquivo que disponibiliza as diretrizes das normas que definem o controle interno, a conceituação deste é estabelecida como um processo integral efetuado pela gestão e pelo pessoal de uma entidade para lidar com os riscos (INTOSAI, 2004).

O controle interno então serve para que as operações nas entidades sejam executadas de forma ética, econômica, eficiente e eficaz, para que as obrigações referentes a prestação de contas sejam cumpridas conforme as leis e regulamentos aplicáveis. Da mesma forma, permite que os recursos sejam protegidos contra a perda, mau uso e danos (INTOSAI, 2004).

Tendo em vista que o controle no setor público é considerado uma das dimensões de governança, deve adotar práticas que envolvam áreas como gestão de risco, auditoria interna, comitê de auditoria, orçamento, gestão financeira e controle interno. Nesse contexto, os controles internos devem ser operantes e ter sua atuação atestada nos relatórios anuais da entidade, cabendo-lhes assegurar uma razoável garantia quanto ao alcance dos objetivos da organização em termos de efetividade e eficiência das operações (envolvendo objetivos operacionais básicos, metas de desempenho e salvaguarda de recursos), confiabilidade dos relatórios financeiros e conformidade com leis e regulamentações aplicáveis (IFAC, 2001).

O controle interno tem destaque no artigo 74 da Constituição Federal de 1988. Nesse dispositivo há a obrigação dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterem, de maneira integrada, sistema de controle interno. O objetivo é avaliar o cumprimento das metas e execução dos programas de governo, comprovar a legalidade e avaliar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração pública, além de apoiar o controle externo no exercício da sua missão institucional (BRASIL, 1988). Percebe-se então a importância do controle na gestão pública.

Monteiro (2015) identificou que a estrutura do sistema de controle interno, no contexto do Brasil, deve estar presente em todo o seguimento público, sendo mais que uma necessidade para a gestão, uma obrigatoriedade legal. Destacou também que a premissa levantada de que o controle interno é importante no contexto do setor público é verdadeira, não só como forma de apoiar a gestão, mas como elemento de mudança na realidade do setor que carece de melhorias. Portanto, sua implantação é de grande relevância para melhoria dos resultados obtidos, da informação gerada e da imagem da organização.

## 2.1 Estudos Anteriores sobre Controle Interno

Em pesquisas anteriores sobre controle interno no setor público, Monteiro (2015) verificou a importância do controle interno no contexto das organizações públicas, realizando uma análise das suas finalidades e importância na administração pública do Brasil e das barreiras para sua implantação. Foi utilizada uma pesquisa bibliográfica e documental. Como resultado, foram apresentadas cinco categorias relacionadas à importância do sistema de controle interno: gestão do risco, informação, comportamento ético, imagem da entidade, proteção dos recursos públicos que foram originadas da triangulação entre a legislação em vigor, da revisão sistemática da literatura e dos apontamentos do Tribunal de Contas da União. Quanto às principais barreiras identificadas, foram evidenciadas a falta de uma cultura e gestão ao risco, alinhada com a carência de pessoal em número adequado e com a qualidade técnica exigida, além das dificuldades e barreiras que o próprio exercício da função público pode ter inserido nesse contexto, como as limitações legais e o atendimento de políticas públicas.

Valentim et al. (2016) analisaram as características das pesquisas sobre controle interno e gestão de risco, nas principais revistas brasileiras de contabilidade entre os anos 2002 e 2015. Foi utilizada uma pesquisa sob a ótica qualitativa, onde foram selecionados os artigos considerados descritivos. Os resultados indicaram que diversos fatores devem ser considerados para implementar ou fortalecer o processo de gerenciamento de risco nas organizações efetivamente. Porém, o que os modelos de gestão preconizam sobre o assunto foi diversas vezes contrariado, ou mesmo não teve condições de se fazer funcionar, pelas características relativas à cultura interna das empresas estudadas ou quanto ao institucionalismo do setor.

Araújo et al. (2016) verificaram se os relatórios emitidos pelas Unidades de Controle Interno de municípios brasileiros encontravam-se relacionadas às perspectivas do Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão *Treadway* (COSO II). Para isso, realizou-se pesquisa qualitativa e documental, em que a análise de conteúdo foi selecionada como técnica para avaliar as informações dos relatórios de controle interno. Do total de constatações analisadas no estudo, 22,3% foram relacionadas à perspectiva de Procedimentos de Controle e 21,8% foram relacionadas à Avaliação de Risco. Estas perspectivas agruparam a maior parte das constatações nos relatórios e foram evidenciadas nos relatórios de controle divulgados por municípios do Rio Grande do Sul no ano de 2013 e divulgados em 2012 por órgãos da administração direta e indireta dos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro. Apesar das constatações de controle nos relatórios desse estudo apontar a não execução efetiva das perspectivas do COSO II, todos os relatórios apresentaram informações que atenderam em parte as diretrizes recomendadas pela pesquisa de Ferreira (2013) e pelo Questionário “Governança na Prática”. Por fim, apesar de alguns relatórios evidenciarem procedimentos de controle na perspectiva orçamentária e financeira, verificou-se a existência de procedimentos de controle interno instituídos, porém, sem encontrar-se em conformidade com as perspectivas do COSO II.

Silva et al. (2017) analisaram os avanços da emissão de novas normas (Leis, Decretos, Resoluções, Portarias e Instruções Normativas) que contribuíram para o aprimoramento do controle interno no setor público brasileiro, como forma de prevenção contra falhas, fraudes e corrupção. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma análise qualitativa e quantitativa dos normativos emitidos no período entre 2003-2016. O resultado do levantamento realizado demonstrou que o número de normas emitidas cresceu significativamente no Governo Dilma (20 novos normativos), quando comparado ao observado no Governo Lula (14 novos normativos), especialmente após o anúncio da Primeira Etapa da Operação Lava Jato (11 novos normativos). No período de 2003 a 2016 foram emitidos 34 novos normativos, sendo nove Leis/Decretos, cinco portarias ou decisões do TCU, cinco resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) e quinze portarias ou instruções normativas da Controladoria-Geral da União (CGU). Notadamente, a maior parte da legislação ligada ao controle interno foi emitida pela CGU, responsável pelo controle Interno no âmbito do Poder Executivo Federal.

Capovilla e Gonçalves (2018) avaliaram a maturidade do ambiente de controle interno em organizações governamentais. Foi utilizada uma pesquisa qualitativa onde foi desenvolvido um modelo de maturidade sustentado nos princípios do COSO (2013a) estruturado em quatro níveis de maturidade: incipiente, inicial, em formação e estabelecido. O modelo foi avaliado por juízes e testado em três organizações governamentais por meio de estudo de casos múltiplos. Os resultados apontam falhas no ambiente de controle, especialmente em relação aos destinatários dos padrões de conduta, à disseminação em todos os níveis organizacionais, à independência

e à competência do corpo diretivo, bem como à avaliação de desempenho da alta administração. As falhas ora identificadas podem acarretar falta de aderência e de comprometimento dos empregados para construir um ambiente de controle que vise cumprir os objetivos organizacionais, podendo gerar como consequência: baixo nível de consciência de controle na organização; comitê de auditoria sem membros independentes; falta de cobrança de um comportamento ético na organização; administração que burla os controles sobre as transações contábeis; e pessoal sem competência para cumprir suas atribuições.

### **3 | PESQUISAS BIBLIOMÉTRICAS**

Inicialmente as técnicas bibliométricas eram utilizadas restritamente no ambiente da biblioteconomia, porém, ao longo do tempo se expandiu para um novo contexto. Atualmente são utilizadas em várias áreas do conhecimento com o propósito de mapear as informações de interesse do pesquisador facilitando a busca de dados, possibilitando a avaliação da produtividade e qualidade da pesquisa dos cientistas através do volume de publicações e citações (MACHADO JÚNIOR et al., 2014).

Muitos dos estudos de bibliometria pautam-se na Lei de Lotka, na Lei de Bradford e na Lei de Zipf e podem ser utilizadas individualmente ou combinadas (MACHADO JÚNIOR et al., 2014). A lei de Lotka analisa a contribuição de cada autor para o desenvolvimento da produção científica, já na Lei de Bradford calcula-se o grau de relevância dos periódicos em uma determinada área do conhecimento. Bradford observa em suas análises de acordo com as características de incidências de assuntos e tendências que poucos periódicos produzem muitos artigos de qualidade e muitos periódicos produzem poucos artigos. A Lei de Zipf permite estimar as frequências de ocorrência das palavras de um determinado texto científico, onde uma mesma palavra irá ser usada muitas vezes, e as palavras mais usadas correspondem ao assunto do documento (RODRIGUES; VIEIRA, 2016).

#### **3.1 Estudos Bibliométricos sobre Controle Interno**

Peleias et al. (2013) realizaram um levantamento de uma amostra de artigos sobre Controle Interno e Gestão de Riscos apresentados no Congresso USP e no EnANPAD no período de 2001 a 2011, sendo encontrados 65 e 100 artigos respectivamente. Foram verificados: volume de artigos; artigos selecionados, perfil e formação dos autores; participação dos autores nos eventos; autores mais prolíferos nos eventos; análise dos resumos e referências e artigos publicados em periódicos. Os resultados revelaram o crescimento da taxa anual do volume de trabalhos no EnANPAD no decorrer dos dez anos, superando em 35% o do Congresso USP, sugerindo uma reflexão sobre o futuro dos eventos. Constatou-se também que em ambos os eventos prevalece artigos escrito por dois autores e que a graduação em ciências contábeis é mais representativa no congresso USP que no EnANPAD, assim como a participação

de Mestres e Doutores em ciências contábeis, o que já era esperado, uma vez que o congresso USP tem foco predominantemente contábil e no congresso EnANPAD contabilidade e uma de suas divisões.

Beuren e Zonatto (2014) identificaram o perfil de artigos sobre controle interno no setor público, publicados em periódicos nacionais e internacionais indexados na base de dados *Scopus*. Na busca pela pelo termo *internal control in the public sector*. Encontrou-se um total de 133 artigos, publicados entre os anos de 1983 e 2011, em 116 diferentes periódicos, sendo um nacional e 115 em periódicos internacionais. Os autores constataram que houve um aumento na produção científica sobre o tema no período analisado. Contudo, apesar desse crescimento, os autores observaram que não há uma literatura específica predominante utilizada e que não há uma continuidade entre os autores na realização de investigações sobre essa temática. Um outro ponto analisado é que há uma predominância de artigos produzidos por mais de um autor. Ao todo foram identificados 106 diferentes autores nos 133 artigos analisados e apenas quatro deles produziram dois artigos. Observaram também que os anos 2010 e 2011 foram os anos com maior número de publicações, com 16 e 20 artigos, respectivamente.

#### 4 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa enquadra-se como quantitativa, quanto à abordagem. Para Gil (2008, p.176) “a pesquisa quantitativa representa de fato a quantificação do que se propõe a ser medido”. Quanto aos objetivos foi classificada como descritiva. O estudo descritivo é definido como um estudo de características de determinado grupo assim como o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade e as condições de habitação de seus habitantes. Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação (GIL, 2008).

A presente pesquisa foi realizada através da pesquisa documental e estudo bibliométrico. No que concerne a pesquisa documental, Gil (2008) relata que dentre as técnicas de coletas de dados, existem situações em que essas informações são obtidas de forma indireta, que tomam a forma de documentos, livros, jornais, relatórios oficiais, as quais proporcionam ao pesquisador dados em quantidades e qualidade em um menor espaço de tempo. Já os estudos bibliométricos são realizados para evidenciar os estágios do desenvolvimento da literatura, os temas mais abordados, os métodos mais utilizados pelos pesquisadores, novas oportunidades para pesquisa entre outros achados importantes (ROZA; MACHADO; QUINTANA, 2011).

Como o objetivo do presente estudo é analisar a produção acadêmica brasileira sobre controle interno no setor público, a população compreendeu todos os artigos publicados em periódicos disponíveis na plataforma *Spell*. Esta plataforma foi escolhida, por se tratar de um sistema de indexações de produções científicas voltadas para as

áreas da administração pública e de empresas e contabilidade, pela divulgação de trabalhos bem classificados e pela facilidade de acesso.

A pesquisa foi realizada em fevereiro de 2019 e inicialmente buscou-se pela palavra-chave “controle interno”, em seguida, foram lidos os resumos para extrair somente os artigos relacionados à área pública. Ao final, a amostra contou com 51 artigos, entre os anos de 1996 a 2018, conforme se verifica no Quadro 1.

Nº	Artigo	Ano
1	Avaliação do Ambiente de Controle Interno por Meio de Modelo de Maturidade em Organizações Governamentais	2018
2	Marcos Regulatórios do Controle Interno: Um Estudo na Ambientação com o Controle Externo e o Controle Social no Brasil	2018
3	Controle Interno em Empresas Familiares de Pequeno Porte: Uma Aplicação do Modelo COSO II	2017
4	Controle Interno Municipal: Uma Análise nas Prestações de Contas dos Municípios do Meio Oeste Catarinense – AMMOC	2018
5	Evolução do Controle Interno no Setor Público: Um Estudo dos Novos Normativos Emitidos entre 2003-2016	2017
6	Em um Mundo de Incertezas: Um Survey sobre Controle Interno em uma Perspectiva Pública e Privada	2017
7	O Sistema de Controle Interno da Gestão Pública do Poder Executivo do Município de Patos/PB	2016
8	A Percepção dos Auditores Externos sobre a Adequação dos Sistemas de Controle Interno nas Empresas de Capital Aberto	2016
9	Análise da Sistemática de Controle Interno Do Município de Três Rios	2016
10	A implantação do sistema de controle interno em órgãos públicos como tecnologia de redução do Conflito de Agência Pública/Governamental	2016
11	Controle Interno e Cultura Organizacional em Pequenas Empresas: uma Conjunção para a Competitividade	2016
12	Unidades de Controle Interno dos Municípios Brasileiros: Análise sob a Ótica do COSO II	2016
13	Excelência na Gestão Pública: a contribuição do Controle Interno da Marinha do Brasil	2016
14	Controle Interno e Gestão de Risco: uma Revisão Baseada em Estudos Brasileiros	2016
15	Lei de Newcomb-Benford aplicada no controle interno nas empresas: um estudo de caso no controle de lançamentos financeiros	2015
16	Análise do sistema de controle interno no Brasil: objetivos, importância e barreiras para sua implantação	2015
17	Perfil dos artigos sobre controle interno no setor público em periódicos nacionais e internacionais	2014
18	Análise dos Sistemas de Controle Interno em Empresas de Pequeno Porte	2014
19	Produção científica sobre controle interno e gestão de riscos no Enanpad e Congresso USP: análise bibliométrica no período 2001-2011	2013
20	Relação existente entre a imagem e o desempenho percebido do controle interno no Exército Brasileiro: estudo com emprego de análise fatorial e regressão múltipla	2013
21	Planejamento e Gestão Estratégica Municipal: estudo de caso do controle interno da Prefeitura Municipal de Curitiba	2013
22	Controle Interno nos Relatórios Anuais dos Estados Brasileiros à Luz da NBC T 16.8	2013
23	Funcionalidade do controle interno nos municípios: um estudo nas prefeituras de uma região metropolitana do nordeste brasileiro	2012
24	Do controle interno ao controle social: a múltipla atuação da CGU na democracia brasileira	2012
25	Sistema de controle interno ambiental: estudo realizado em um hospital público	2012

26	Organização dos órgãos de controle interno municipal no Estado do Ceará: um estudo na Região Metropolitana de Fortaleza	2011
27	Disclosure de informações sobre gestão de riscos e controle interno pelas empresas listadas na BM&Fbovespa	2011
28	Sistema de Gerenciamento e Controle Interno: uma análise dos escritórios de contabilidade de Belo Horizonte / MG e Região Metropolitana a partir da taxonomia de Kaplan e Cooper	2011
29	Controle Interno e as Fundações de apoio à pesquisa universitária: uma análise do funcionamento do Controle Interno nas Fundações da Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 2010	2010
30	Análise comparativa do controle interno no contas a receber e a pagar nas empresas Beta Ltda e Alfa Ltda	2010
31	O sistema integrado de controle interno sob a ótica do artigo 74 da constituição federal	2008
32	Controle interno, controle externo e controle social: análise comparativa da percepção dos profissionais de controle interno de entidades das três esferas da Administração Pública	2008
33	Controle interno dos estoques de medicamentos nos hospitais de Natal	2017
34	Controle interno na administração pública municipal: uma amostragem da implantação no estado do Paraná	2007
35	Procedimentos de controle interno nas mesquitas em Malásia	2007
36	A implantação de controle interno adequado às exigências da Lei Sarbanes-Oxley em empresas brasileiras – Um estudo de caso	2007
37	Contabilidade, Controle Interno e Controle Externo: trinômio necessário para combater a corrupção	2006
38	Controle: perspectivas de análise na teoria das organizações	2006
39	O uso do controle interno na gestão das operações: um estudo de caso em empresa hoteleira	2006
40	Cognição da estrutura de controle interno: uma pesquisa exploratória	2005
41	Contribuição do sistema de controle interno para a excelência corporativa	2005
42	A importância do controle interno para a gestão de empresas	2004
43	A importância do uso da tecnologia como instrumento de controle interno dentro das empresas prestadoras de serviços contábeis	2003
44	A aplicabilidade da norma constitucional atinente ao sistema de controle interno nas autarquias e fundações do Estado de Minas Gerais	2003
45	Controle Interno - Guardião dos administradores públicos	2002
46	O papel do controle interno na administração pública	2002
47	Reengenharia de processos e controle interno: uma avaliação comparativa	1999
48	Controle Interno: uma abordagem teórica	1999
49	Controle interno	1998
50	A importância do controle interno da prevenção de fraudes	1998
51	Propostas para elaboração de Regimentos das Auditorias Internas e Órgãos de Controle Internos das Instituições Federais vinculadas ao MEC	1996

Quadro 1 – Amostra da pesquisa

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Após a coleta de dados, foi investigada a produção de artigos por ano, a representatividade dos periódicos, as palavras-chave mais utilizadas, a quantidade de autores por artigo, a representatividade por sexo e por ano, os autores mais prolíferos, as Instituições de Ensino Superior mais representativas, bem como o *ranking* de citações dos artigos analisados.

A descrição e a análise dos dados são apresentadas na seção seguinte.

## 5 | DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nessa etapa do trabalho são apresentados os resultados da pesquisa quanto às características dos 51 artigos selecionados. Os artigos encontrados sobre controle interno foram publicados no período de 1996 a 2018 em diferentes periódicos. O Gráfico 1 apresenta as quantidades das produções científicas distribuídas pelo ano de suas publicações.

A partir do Gráfico 1, observa-se que durante o período analisado, nos 1997, 2000, 2001 e 2009, não houve publicação voltada ao controle interno. Já no ano de 1996 e 2004 tiveram apenas uma publicação por ano. Em 1998, 1999, 2002, 2003, 2005, 2008, 2010, 2014 e 2015 foram publicados dois artigos por ano. Em 2006, 2011, 2012, 2017 e 2018 foram publicados três artigos e os anos que tiveram maior quantidade de publicações relacionadas ao tema foram 2016 e 2007 respectivamente, sendo que o ano de 2016 dobrou a quantidade publicada no ano de 2007.

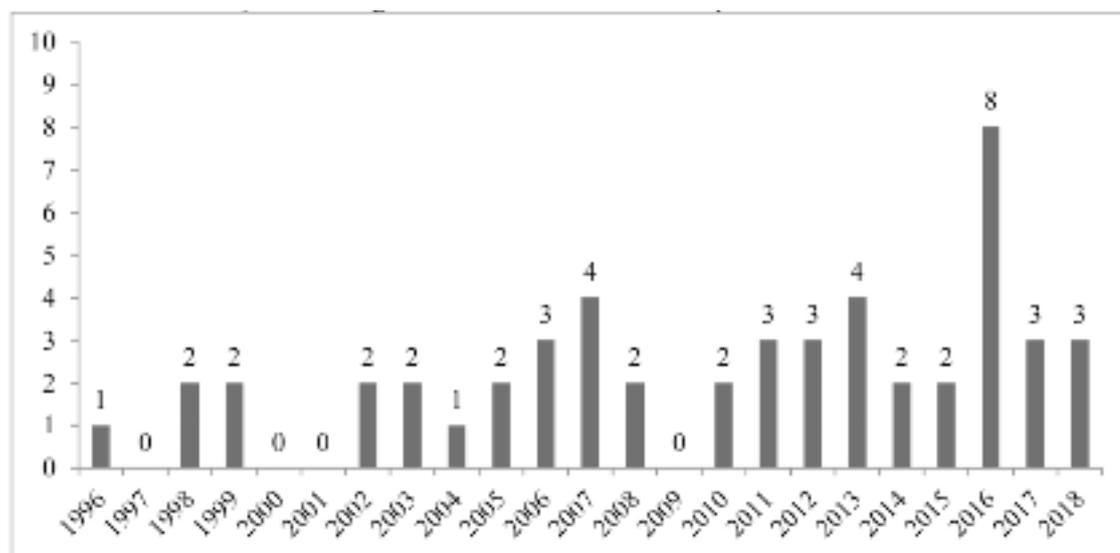


Gráfico 1 - Produção de artigos sobre controle interno por ano

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Denota-se do exposto a atualidade e relevância do tema. A crescente produção de trabalhos sobre o controle interno no setor público mostra a preocupação dos pesquisadores com as diferentes questões no contexto da sociedade. É através desses estudos que se busca avaliar se os serviços prestados pelo Estado estão de acordo com as necessidades da sociedade, a eficiência e sustentabilidade das instituições públicas e sem fins lucrativos, entre outros aspectos importantes.

Logo após, foram analisados todos os periódicos relacionados aos 51 artigos, com suas respectivas quantidades de publicações e *Qualis*. Na Tabela 1 verificam-se esses dados organizados.

<b>Periódicos</b>	<b>Qualis</b>	<b>Quantidade</b>
Revista Universo Contábil	A2	5
Revista Mineira de Contabilidade	B3	4
BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS	B1	3
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ	B1	3
Pensar Contábil	B2	3
Interface - Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas	B3	3
Enfoque Reflexão Contábil	B1	3
Revista Contemporânea de Contabilidade	B2	2
Cadernos Gestão Pública e Cidadania	B1	2
Advances in Scientific and Applied Accounting	B1	2
Revista Catarinense da Ciência Contábil	B2	2
Contabilidade Vista & Revista	A2	2
Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão	B1	1
RMPE - Revista da Micro e Pequena Empresa	B3	1
Revista Eletrônica Gestão e Sociedade	B2	1
Revista Evidenciação Contábil & Finanças	B3	1
Revista Pensamento Contemporâneo em Administração	B2	1
Revista de Tecnologia Aplicada	B3	1
Reuna	B2	1
Revista de Gestão	B1	1
Revista de Administração da Unimep	B2	1
Revista de Administração Pública	A2	1
Revista ADM.MADE	B2	1
Revista Economia & Gestão	B2	1
Revista de Economia e Administração	Descontinuada	1
Revista de Contabilidade e Organizações	A2	1
Cadernos EBAPE.BR	A2	1
Contexto-Revista do Prog. de Pós-Graduação em Controlad. e Contabilid. da UFRGS	B4	1
Revista de Administração de Empresas	A2	1
<b>Total</b>		<b>51</b>

Tabela 1 - Representatividade dos Periódicos

Nota: Classificação Qualis CAPES referente ao quadriênio 2013-2016.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

De acordo com Tabela 1, percebe-se uma descontinuidade de publicações sobre controle interno pelos periódicos, uma vez que 59% das revistas só publicaram um artigo sobre o tema durante os 22 anos analisados. Cinco revistas possuem apenas dois artigos publicados e outras cinco possuem três publicações. Os periódicos mais representativos foram a Revista Universo Contábil e a Revista Mineira de Contabilidade, com cinco e quatro publicações, respectivamente. Contudo, cumpre mencionar que a publicação mais recente da Revista Universo Contábil foi no ano de 2016 e as antecedentes foram no ano de 2013, 2008, 2007 e 2005. Já da Revista Mineira de

Contabilidade, a mais recente foi do ano de 2008 e as antecedentes foram de 2003 e 2002.

A classificação do *Qualis* tem como função avaliar a produção científica dos Programas de Pós-Graduação. Nessa avaliação, os periódicos são enquadrados em estratos indicativos de qualidade, sendo o A1 o mais elevado, seguido do A2, B1, B3, B4, B5 e C, com peso zero (CAPES, 2018). Dentre as revistas analisadas, foram encontrados desde periódicos com classificação A2 (Revista Universo Contábil, Revista de Administração Pública, Revista de Contabilidade e Organizações, Cadernos EBAPE.BR, Revista de Administração de Empresas e da Revista Contabilidade Vista & Revista) à classificação B4 (Revista Contexto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da UFRGS).

Em seguida foram elencadas as palavras-chave dos artigos encontrados, sendo realizado um levantamento das quantidades de repetições que ocorreram entre o período de 1996 a 2018, conforme se nota na Tabela 2.

<b>Palavras Chaves mais utilizadas</b>	<b>Quantidade</b>
Controle Interno	35
Gestão Pública	4
Administração Pública	3
Controle Social	3
Gestão de Risco	3
Sistema de Controle Interno	3
Controle	3
Demais palavras	98
<b>Total</b>	<b>152</b>

Tabela 2 - Palavras-chave mais utilizadas

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Como evidenciado na Tabela 2, a palavra-chave mais utilizada foi controle interno, estando presente em 69% dos artigos, seguida por gestão pública com quatro repetições. Administração pública, controle social, gestão de risco, sistema de controle interno e controle tiveram apenas três repetições e as demais palavras-chave foram utilizadas apenas uma vez no decorrer do período analisado. Ressalta-se que embora analise-se somente as sete palavras-chave mais utilizadas, existe uma diferença significativa entre o número de repetições de controle interno para as demais, o que pode ser justificado pelo procedimento adotado na seleção dos artigos, que foi a busca pela palavra-chave controle interno.

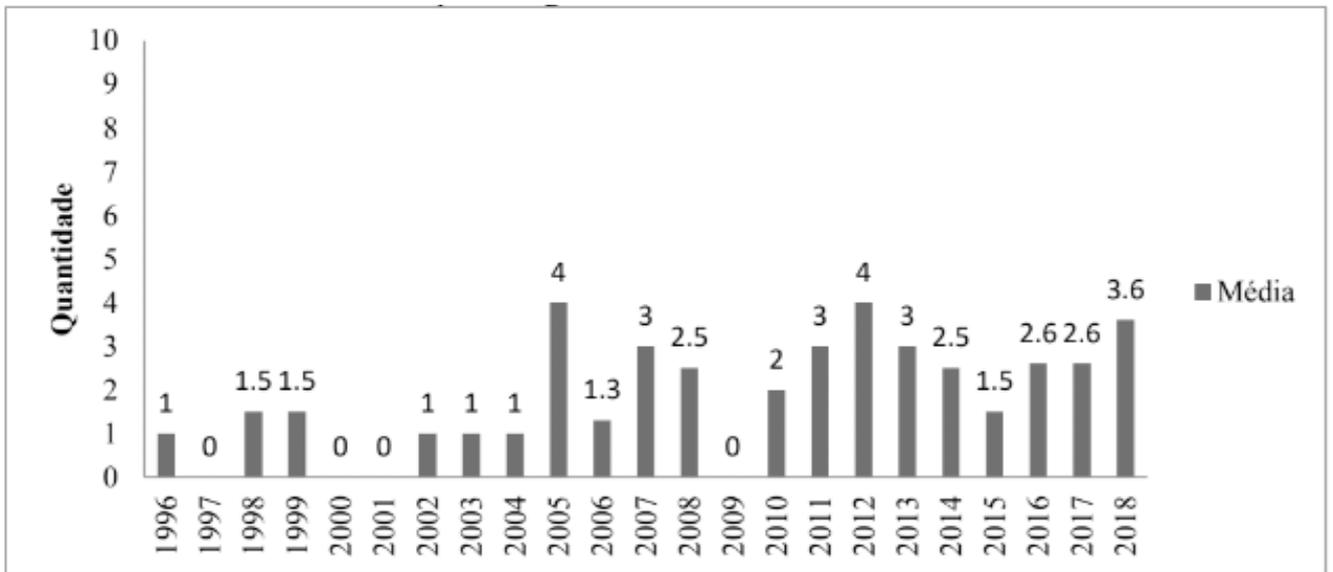


Gráfico 2 - Média de autores por artigo

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Acerca das palavras-chave, cumpre mencionar que dois artigos publicados na Revista Contabilidade Vista & Revista nos anos 1996 e 1999 não apresentam palavras-chave. Da mesma forma, foram encontrados quatro artigos da Revista Mineira de Contabilidade, no ano de 2008, 2003 e 2002 sem palavras-chave. Na etapa seguinte da pesquisa, verificou a quantidade de autores em cada artigo e depois elaborou-se uma média anual. No Gráfico 2 estão apresentadas as médias de autores por artigos a cada ano.

A partir do Gráfico 2, percebe-se que há uma predominância de artigos produzidos por mais de um autor, o que equivale aos achados de Beuren e Zonatto (2014), mostrando que os trabalhos normalmente são desenvolvidos em parceria. Destaca-se também que de 1996 a 2004, a quantidade de autores variava entre um e dois autores, contudo, os trabalhos mais recentes variam entre um e cinco autores, o que, conseqüentemente, influenciou na média desse período.

No Gráfico 3 é evidenciada a representatividade por sexo. Diante do resultado, destaca-se a predominância masculina no tocante à produção acadêmica sobre controle interno.

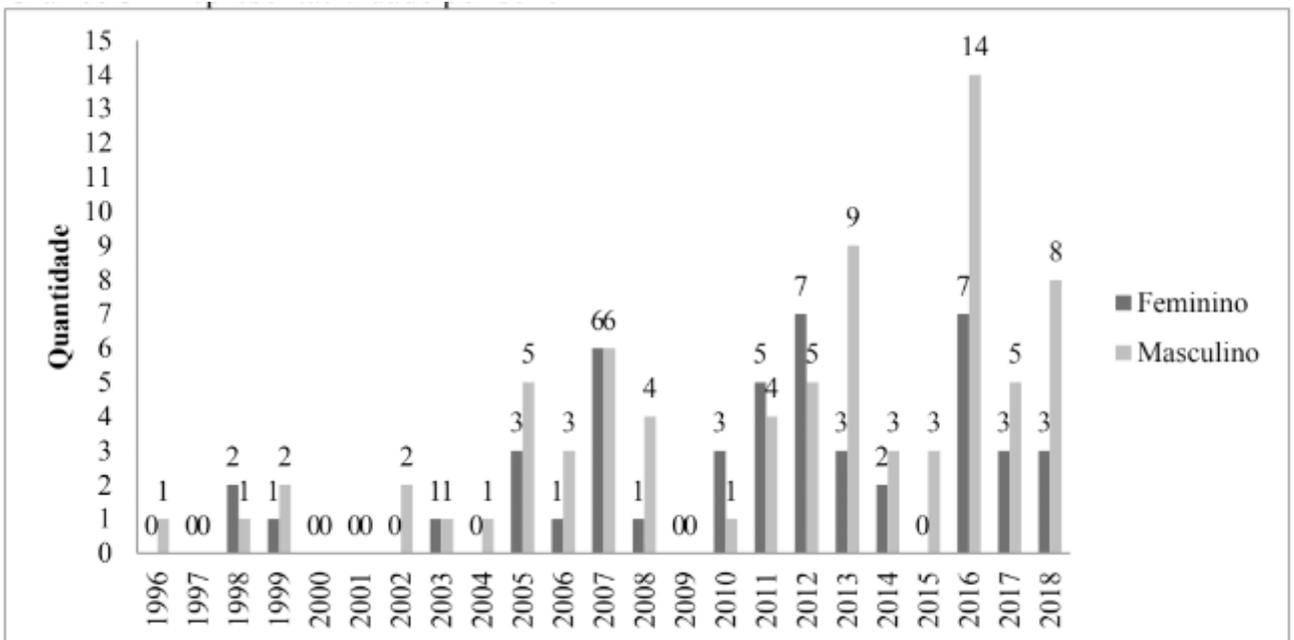


Gráfico 3 - Representatividade por sexo

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

De acordo com o Gráfico 3, verifica-se que em apenas quatro momentos houve uma maior representatividade feminina, que aconteceram nos anos de 1998, 2010, 2011 e 2012. Os anos que apresentaram maior disparidade foram 2013, 2016 e 2018. Em 2013, a representatividade masculina triplicou a da feminina. Em 2016, existia uma autora do sexo feminino a cada dois do sexo masculino, e no ano de 2018, para cada três mulheres existiu uma representatividade de oito homens.

Nome do Autor	Quantidade de Publicações	Ano da Publicação
Cláudio de Carvalho Mattos	2	1998 e 1999
Rosimar Pereira Mariano	2	1998 e 1999
Marcleide Maria Macedo Pederneiras	2	2008 e 2018
Jorge Expedito de Gusmão Lopes	2	2008 e 2018
Joaquim Osório Liberalquino Ferreira	2	2008 e 2018
José Francisco Ribeiro Filho	2	2008 e 2018
Ilse Maria Beuren	2	2011 e 2014
Adolfo Henrique Coutinho e Silva	2	2016 e 2017

Tabela 3 - Autores mais prolíferos

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Em seguida foram mapeados os autores mais prolíferos. Nos 51 artigos analisados foram identificados 118 diferentes autores. Na Tabela 3 evidenciam-se os oito autores com maior número de artigos publicados sobre controle interno no setor público. Verifica-se então que 93% dos autores escreveram apenas uma vez sobre o tema analisado, mostrando que há descontinuidade na produção de artigos sobre

controle interno na área pública, o que se assemelha aos resultados encontrados por Beuren e Zonatto (2014).

Na Tabela 4 são evidenciadas as Instituições de Ensino Superior (IES) mais representativas entre os artigos analisados.

IES	Quantidades de	
	publicações	Ano das publicações
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	6	2008-2016-2017-2018
Universidade Federal da Pernambuco (UFPE)	5	2008-2012-2016-2018
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	4	1999-2016-2017
Universidade de São Paulo (USP)	3	2012-2016-2017
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)	3	1998-1999
Universidade Federal Fluminense (UFF)	2	2016-2017
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	2	2007-2014
Universidade Regional de Blumenau (FURB)	2	2011-2014
Universidade Federal do Ceará (UFC)	2	2011-2013
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	2	2006-2010
Demais IES	28	1996 a 2018
<b>Total:</b>	<b>59</b>	

Tabela 4 - Instituições mais representativas

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Observa-se que, das 38 instituições identificadas, apenas 10 publicaram mais de uma vez e a IES mais representativa foi a Universidade Federal da Paraíba, com seis publicações. Somente 26% das IES publicaram mais de um artigo relacionado a controle interno no setor público. Percebe-se, portanto, que as IES não adotam uma periodicidade para publicações sobre o tema.

Autoria	Títulos	Citações
Imoniana e Nohara (2005)	Cognição da estrutura de controle interno: uma pesquisa exploratória	39
Oliveira e Linhares (2007)	A implantação de controle interno adequado às exigências da Lei Sarbanes-Oxley em empresas brasileiras – Um estudo de caso	34
Loureiro, Abrucio, Oliviera e Teixeira (2012)	Do controle interno ao controle social: a múltipla atuação da CGU na democracia brasileira	33
Silva (2002)	O papel do controle interno na administração pública	26
Maia, Silva, Dueñas, Almeida, Marcondes e Ching (2005)	Contribuição do sistema de controle interno para a excelência corporativa	24
Pereira (2004)	A importância do controle interno para a gestão de empresas	24

Monteiro (2015)	Análise do sistema de controle interno no Brasil: objetivos, importância e barreiras para sua implantação	22
Cavalcante, Peter e Machado (2011)	Organização dos órgãos de controle interno municipal no Estado do Ceará: um estudo na Região Metropolitana de Fortaleza	19
Beuren e Zonatto (2014)	Perfil dos artigos sobre controle interno no setor público em periódicos nacionais e internacionais	18
Sancovschi (1999)	Reengenharia de processos e controle interno: uma avaliação comparativa	18

Tabela 5 - Reconhecimento dos artigos no *Google* acadêmico

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Em seguida, foi verificado no *Google Acadêmico* a quantidade de citações dos 51 artigos. Ressalta-se que quando foi efetuada a busca no *Google Acadêmico*, não houve retorno de nove artigos pesquisados. Na busca realizada com os outros 42 artigos, houve resultado sobre o número de citações. Desses 42 artigos que tiveram resultado, oito apresentaram zero citações. Na Tabela 5 estão elencados os 10 artigos com maior número de citação.

Dentre os trabalhos com maior número de citação, destacam-se o de Imoniana e Nohara (2005), com 39 citações, o de Oliveira e Linhares (2007), com 34 menções, e o de Loureiro, Abrucio, Oliviera e Teixeira (2012), com 33 referências. Em relação aos trabalhos menos citados, ressaltam-se os de Piccoli e Prado (2018), Silva, Abreu e Couto (2018), Silva e Vidal (2017), Pereira e Rezende (2013) e o de Lunkes e Rosa (2011), cada um com uma citação cada.

Percebe-se então que os trabalhos mais citados não necessariamente foram os mais atuais e que não existiu uma ordem cronológica para as citações.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve como objetivo analisar a produção acadêmica brasileira sobre controle interno no setor público. Para tanto, realizou-se uma pesquisa descritiva e quantitativa, por meio de uma análise bibliométrica e documental. Foram analisados os artigos de revistas nacionais indexados na plataforma *Spell*. A amostra foi composta por 51 artigos, publicados entre o ano de 1996 e 2018, em 29 diferentes periódicos.

Os resultados da pesquisa demonstram que a produção acadêmica sobre controle interno no setor público teve uma evolução ao longo do tempo, o que também foi observado no estudo realizado por Beuren e Zonatto (2014). Entre o período de maior publicação, destaca-se o ano de 2016 com oito artigos sobre a temática. Percebe-se então uma busca maior pelo tema, constatando sua relevância.

Os periódicos que tiveram um maior número de publicações foram a Revista Universo Contábil classifica como A2, com cinco artigos, e a Revista Mineira de Contabilidade, classificada como B3, com quatro publicações. Contudo, constatou-

se uma descontinuidade de artigos sobre controle interno na área pública nesses periódicos, tendo em vista que 59% das revistas só publicaram um artigo sobre a temática.

As palavras-chave mais utilizadas nos artigos foram controle, com 35 citações, e gestão pública, com quatro referências. Esse fato pode ser explicado porque na busca pelos artigos na plataforma *Spell* utilizou-se a palavra controle interno na pesquisa.

Em relação à média de autores por artigo, há uma predominância de artigos produzidos por mais de um autor, o que equivale aos achados de Beuren e Zonatto (2014). Verificou-se que 93% dos autores escreveu apenas uma vez sobre o tema analisado, evidenciando uma descontinuidade sobre a temática pela maioria dos autores. Além disso, somente oito, dos 118 diferentes autores, escreveram dois artigos sobre esse tema, o que converge com os achados de Beuren e Zonatto (2014). Outra evidência encontrada foi a predominância de autores do sexo masculino.

As Instituições de Ensino Superior (IES) mais representativas foram a Universidade Federal da Paraíba e a Universidade Federal de Pernambuco. Da mesma forma, os autores mais citados, de acordo com pesquisa realizada no *Google Acadêmico*, foram o Imoniana e Nohara (2005), com 39 citações, Oliveira e Linhares (2007), com 34 menções, e Loureiro, Abrucio, Oliviera e Teixeira (2012), com 33 referências.

Conclui-se, portanto, que controle interno no setor público é um tema atual e relevante, sendo constatado pelo aumento de publicações sobre a temática ao longo dos anos. Esse estudo então contribui por dar um panorama geral nos periódicos nacionais sobre o tema, podendo contribuir para a evidenciação da importância do controle interno no setor público. Da mesma forma, contribui para a ampliação da discussão da temática analisada.

Como fator limitante, ressalta-se a plataforma utilizada, que não possui a indexação de todos os periódicos nacionais existentes, o que não permite a extrapolação dos dados dessa pesquisa. Dessa forma, sugere-se como pesquisas futuras, a busca pela temática em teses e dissertações, bem como em outras plataformas para ampliar a amostra.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, D. J. C.; LIBONATI, J. J.; MIRANDA, L. C.; RAMOS, F. S. Unidades de Controle Interno dos Municípios Brasileiros: Análise sob a Ótica do COSO II. **Revista Universo Contábil**, v. 12, n. 2, p. 39-58, 2016.

BEUREN, I. M.; ZONATTO, V. C. S. Perfil dos artigos sobre controle interno no setor público em periódicos nacionais e internacionais; **Revista de Administração Pública**, v.48, n. 5, p. 1135-1163, 2014.

BRAGA NETO, J. G.; VASCONCELOS, A. C.; DE LUCA, M. M. M. Controle interno nos relatórios anuais dos estados brasileiros à luz da NBC T 16.8; **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 19, n. 62, p. 123-142, 2013.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1998.

CAPOVILLA, R. A.; GONÇALVES, R. S. Avaliação do ambiente de controle interno por meio de modelo de maturidade em organizações governamentais; **CONTEXTUS – Revista Contemporânea de Economia e Gestão**. v. 16, n. 2, p. 146-185, 2018.

COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION (COSO). **Controle Interno- Estrutura Integrada**. 2013. Disponível em: < <http://www.coso.org>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

International Federation of Accountants (IFAC). **Governance in the public sector: a governing body perspective**. 2001. Disponível em: <[http://www.ifac.org/Members/Downloads/Study\\_13\\_Governance.pdf](http://www.ifac.org/Members/Downloads/Study_13_Governance.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2018.

International Organization of Supreme Audit Institutions (INTOSAI). **Diretrizes Para as Normas de Controle Interno do Setor Público**. 2004. Disponível em: <<http://www.intosai.org>>. Acesso em: 07 set. 2018.

MACHADO JÚNIOR, C.; SOUZA, M. S.; PALMISANO, A.; CAMPANÁRIO, M. A.; PARISOTTO, I. R. S. Análise de viabilidade de utilizar as leis da bibliometria em diferentes bases de pesquisa. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, XXXVIII EnANPAD. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANPAD, 2014. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014\\_EnANPAD\\_EPQ762.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_EPQ762.pdf)>. Acesso em: 14 abr. 2019.

MONTEIRO, R. P. Análise do sistema de controle interno no Brasil: objetivos, importância e barreiras para sua implantação. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 12, n. 25, p. 159-188, 2015.

PELEIAS, I. R.; CAETANO, G.; PARISI, C.; PEREIRA, A. C. Produção científica sobre controle interno e gestão de riscos no EnANPAD e Congresso USP: análise bibliométrica no período 2001-2011. **Revista Universo Contábil**, v. 9, n. 4, p. 29-49, 2013.

RODRIGUES, C.; VIERA, A. F. G. Estudos bibliométricos sobre a produção científica da temática Tecnologias de Informação e Comunicação em bibliotecas. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 7, n. 1, p. 167-180, 2016.

ROZA, M. C.; MACHADO, D. G.; QUINTANA, A. C. Análise bibliométrica da produção científica sobre contabilidade pública no encontro de administração pública e governança (EnAPG) e na Revista de Administração Pública (RAP), no período 2004-2009. **Contexto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da UFRGS**, v. 11, n. 20, p. 59-72, 2011.

SILVA, A. H. C.; ABREU, C. L.; COUTO, D. C. F. Evolução do controle interno no setor público: um estudo dos novos normativos emitidos entre 2003-2016. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 22, n.2, p. 20-38, 2017.

SCIENTIFIC PERIODICALS ELECTRONIC LIBRARY - SPELL. **Características**. Disponível em: < <http://www.spell.org.br/sobre/caracteristicas>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU. **Crítérios Gerais de Controle Interno na Administração**

Pública. Jul. 2009. Disponível em: <<http://www.portal.tcu.gov.br>>. Acesso em: 07 set. 2018.

VALENTIM, I. C. D.; SILVA, L. O.; PASSOS, J. G. Controle interno e gestão de risco: uma revisão baseada em estudos brasileiros. **Revista INTERFACE**, v.13, n. 1.p. 69-89, 2016.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Abordagem Quantitativa 70

Accountability 4, 15, 16, 17, 19, 20, 24, 26, 66, 72, 125, 132, 133, 134, 139

Administração Pública 2, 3, 5, 10, 15, 16, 19, 31, 32, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 56, 57, 64, 65, 66, 68, 69, 72, 81, 82, 102, 108, 112, 113, 115, 116, 119, 121, 122, 123, 125, 127, 131, 133, 134, 137, 141, 143

Análise de Desempenho 87

Análise Envoltória de Dados 84, 91, 93, 102

Assistência 18, 21, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 67, 69

### C

Cidadão 14, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 57, 63, 72, 77

Confiança 18, 23, 70, 73, 74, 80, 81

Contabilidade 7, 13, 14, 15, 17, 19, 22, 26, 27, 82, 101, 103, 105, 106, 108, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 121, 122, 124, 126, 127, 129, 131, 132, 133, 137, 138, 140, 141, 142, 143

Contas Públicas 1, 2, 3, 5, 6

### D

Desenvolvimento socioeconômico 84

### E

Eficiência 13, 42, 66, 72, 84, 86, 87, 90, 91, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 106, 107, 114, 125

Ensino 1, 19, 20, 21, 22, 27, 58, 60, 61, 67, 68, 70, 71, 84, 86, 87, 92, 95, 96, 100, 101, 104, 113, 119, 121, 124, 133, 138, 140, 141, 143

Estado 1, 3, 7, 8, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 42, 43, 53, 57, 58, 60, 61, 65, 69, 71, 72, 73, 77, 85, 86, 87, 88, 91, 102, 106, 113, 114, 120, 143

Evolução 9, 41, 45, 52, 68, 73, 85, 96, 98, 112, 120, 122

Excelência 28, 29, 42, 43, 44, 49, 55, 70, 112, 113, 119

### F

Fundações de Apoio 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 113

### G

Gasto com dinheiro público 8

Gestão 1, 3, 4, 5, 6, 9, 13, 14, 21, 23, 28, 29, 30, 31, 32, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 72, 73, 80, 81, 82, 85, 86, 90, 91, 92, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 110, 112, 113, 115, 116, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 131, 132, 133, 137, 138, 140, 141, 142, 143

Gestão do Conhecimento 28

Gestão Pública 3, 14, 28, 40, 42, 43, 47, 48, 49, 50, 54, 55, 57, 64, 65, 71, 73, 80, 81, 82, 85,

103, 105, 106, 108, 112, 115, 116, 121, 122, 124, 125, 127, 131, 132, 133, 137, 138, 141  
Governança 26, 28, 32, 39, 40, 44, 66, 73, 82, 103, 106, 107, 109, 122, 125, 127, 131, 142  
Governo Federal 4, 7, 31, 41, 48, 49, 51, 53, 72, 87

## I

INCA 22, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 69  
Informação Contábil 15, 17  
Instituto Federal 15, 22, 70, 72, 74, 84, 86, 87, 102, 105, 124, 143

## L

Lei 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 17, 19, 23, 29, 30, 40, 44, 71, 72, 76, 81, 82, 92, 93,  
101, 110, 112, 113, 119, 128, 140

## M

Marketing 41, 42, 43, 52, 53, 54, 55  
Município 1, 5, 9, 10, 11, 12, 13, 69, 112

## P

Percepção 18, 45, 51, 57, 59, 62, 70, 72, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 90, 112, 113, 126, 133, 136  
Piauí 1, 2, 105, 124  
Políticas Públicas 31, 35, 39, 41, 42, 53, 55, 85, 86, 87, 88, 103, 108, 143  
Prestação de Contas 15, 16, 17, 19, 26, 31, 38, 106, 107, 127, 132  
Público 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 16, 18, 21, 22, 24, 26, 27, 29, 32, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49,  
50, 51, 52, 53, 54, 58, 62, 63, 64, 67, 71, 72, 73, 82, 85, 87, 90, 92, 100, 102, 105, 106, 107, 108,  
109, 111, 112, 114, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 127, 131, 132, 133, 137, 139, 140, 141

## R

Recursos 2, 3, 4, 6, 7, 8, 18, 19, 28, 29, 31, 32, 35, 39, 40, 42, 45, 46, 52, 53, 57, 63, 65, 72,  
86, 89, 90, 91, 93, 107, 108, 125, 126, 127  
Regulação 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69  
Repasse 28, 30, 31, 32  
Responsabilidade Fiscal 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 40  
Rio de Janeiro 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 41, 56, 58, 60, 68, 69, 81, 82, 102,  
104, 109, 119, 122, 136, 137, 143  
Rio Grande do Sul 70, 71, 72, 74, 84, 85, 86, 87, 92, 93, 103, 109

## S

Satisfação 41, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 70, 78, 79, 80, 81  
Saúde 18, 20, 21, 22, 38, 45, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 75, 85, 86, 89,  
102, 132, 133  
Sistemas de Informação 28, 141  
Software 46, 47, 84, 85, 103  
Stakeholders 24, 70, 71, 72, 74, 75, 78, 79, 80, 81  
SUS 56, 62, 63, 68, 133, 142

## T

Tensão 60, 63, 66

Terceiro Setor 15, 17, 18, 19, 23, 24, 26, 27

Transferência 29, 32, 33, 35

Transparência 1, 5, 6, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 23, 25, 26, 32, 39, 40, 63, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 127, 134, 138, 141, 142

## U

União 8, 9, 13, 18, 19, 28, 30, 31, 32, 33, 39, 40, 48, 49, 54, 55, 77, 81, 102, 108, 109, 123, 132, 138, 141, 142

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**